



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

96

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002346-92.2010.8.17.1110 (0245737-8)**

**RELATOR:** Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Zezito Monteiro da Silva

**APELADO:** Banco do Nordeste do Brasil

**EMENTA.** DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. INTERESSE DE AGIR. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO. EXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INCLUSÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. INSCRIÇÃO DEVIDA. DANO MORAL INEXISTENTE.

1. Quando o consumidor necessita ingressar em juízo para buscar indenização por danos morais, ante a resistência da instituição financeira em reconhecer que a inscrição nos cadastros de proteção ao crédito foi realizada de forma indevida e, para tanto, é escolhido meio processualmente adequado, resta caracterizado o interesse de agir.

2. Diante da prova de que a inclusão nos serviços de proteção ao crédito foi realizada em decorrência de inadimplemento contratual, não há que se falar em dano moral a ser indenizado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0245737-8, acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação para anular a sentença e, com base no art. 515, §3º, do CPC, JULGAR improcedente o pedido, nos termos do voto do relator.

Recife, 19 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002346-92.2010.8.17.1110 (0245737-8)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELANTE: Zezito Monteiro da Silva

APELADO: Banco do Nordeste do Brasil

RELATÓRIO

Cuida-se, na origem, de ação de indenização por dano moral ajuizada por ZEZITO MONTEIRO DA SILVA em face de BANCO DO NORTESTE DO BRASIL, sob o argumento de que a parte ré promoveu, sem justa causa, a inscrição do seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito (SPC).

Advoga, em síntese, que desconhece a origem da dívida que teria originado a inscrição. Aduz, em reforço, que conforme extrato do SPC de fl. 08, o contrato que teria originado a dívida foi realizado em Sumé-PB, local em que nunca firmou qualquer negócio.

Após regular processamento, a sentença julgou extinto o processo sem resolução do mérito, sob o fundamento de falta de interesse de agir, uma vez que a ré trouxe documento comprobatório da existência de negócio jurídico realizado entre as partes e descumprido pelo autor, o que legitimaria a inscrição no SPC.

Irresignada, a parte autora interpôs apelação, reiterando os argumentos trazidos da petição inicial. No mais, alega que o número do contrato juntado pelo banco não corresponde ao número que consta no extrato do SPC de fl. 08, bem assim que o valor do débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito não corresponde ao valor da parcela do financiamento realizado com a ré.

Nas contrarrazões (fls. 60/70), a apelada sustenta, em preliminar, a falta de interesse de agir do autor/apelante, sob o argumento de que, ao contrário do alegado, foi firmado contrato de financiamento entre as partes que não foi cumprido. No mérito, aduz a



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

inexistência de dano moral, ante a legitimidade da inscrição do apelante nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz *a quo*. Assim, incide, na hipótese, o disposto no artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

É o relatório.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, 10 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

97.

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002346-92.2010.8.17.1110 (0245737-8)**

**RELATOR:** Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Zezito Monteiro da Silva

**APELADO:** Banco do Nordeste do Brasil

VOTO

Como curial, o interesse de agir é integrado pelo binômio necessidade-adequação. Vale dizer, existirá interesse de agir quando houver (i) a necessidade de se ingressar em juízo para pleitear o que se deseja e (ii) adequação entre o que se pretende alcançar e meio processual utilizado para tanto.

Na hipótese, o autor necessitou ingressar com a ação para buscar indenização por danos morais, ante a resistência do banco réu em reconhecer que a inscrição nos cadastros de proteção ao crédito foi realizada de forma indevida. Por outro lado, o meio processual escolhido é adequado ao atendimento do pedido.

Desta forma, inexistindo falta de interesse de agir, merece a sentença ser modificada.

Por outro lado, tendo o processo sido extinto sem resolução do mérito e estando a lide em condições de julgamento, com base no §3º, do art. 515, do CPC, enfrente, de logo, a controvérsia.

A documentação acostada pela instituição financeira demonstra que entre as partes foi firmado, em Pesqueira-PE, contrato de nota de crédito rural, no valor de R\$ 5.967,00, cujo pagamento se daria da seguinte forma: 04.07.2008 - R\$ 598,03; 04.01.2009 - R\$ 583,02; 04.07.2009 - R\$ 587,23; 04.01.2010 - R\$ 587,28; 04.07.2011 - R\$ 592,99; 04.07.2011 - R\$ 603,91; 04.01.2012 - R\$ 603,90; 04.07.2012 - R\$ 601,29 e 04.01.2013 - R\$ 601,29.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

98.

Por outro lado, à míngua de contrariedade específica, é incontroverso o fato de que o apelante se encontra em mora com as cinco primeiras parcelas do contrato.

Não obstante estes fatos, o recorrente alega que a inscrição do seu nome nos cadastros de proteção ao crédito não se deu por débito refere a este negócio jurídico específico.

Ora, conforme o extrato do SPC de fl. 08 é possível constatar que a inscrição ocorreu em 28.08.2008, no valor de R\$ 646,08 e que este débito se refere à dívida vencida em 04.07.2008, justamente a data de vencimento da primeira parcela do contrato juntado pelo banco.

Anote-se, neste particular, que é razoável que a inscrição não tenha ocorrido no valor exato da parcela avençada, uma vez que sobre ela incidem os encargos da mora previstos contratualmente (pag. 02 do contrato - fl. 38 dos autos).

Demais disso, no extrato do SPC há expressa referência ao número do contrato a que se refere o débito inscrito, que é, ao contrário do afirmado pela apelante, exatamente o mesmo que consta no documento de fl. 36, a saber, A600328501/001.

Por fim, não se argumente que a menção à cidade de Sumé-PB existente no extrato do SPC, significa que o negócio jurídico foi ali realizado e que, portanto, a inscrição não se refere ao contrato de nota de crédito rural firmado com o apelado. É que o documento de fl. 36 também demonstra que a operação financeira foi firmada em Pesqueira-PE, onde reside o apelante, tendo sido, posteriormente, transferida para a agência de Sumé-PB, para supervisão e acompanhamento da sua evolução.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

99.

Sendo assim, conclui-se que a inscrição do nome do apelante nos cadastros de proteção ao crédito foi legítima, ante a real existência de débito, não havendo, portanto, dano moral a ser indenizado.

Pelo exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO à apelação para anular a sentença e, com base no art. 515, §3º, do CPC, JULGAR improcedente o pedido.

Recife, 12 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator